II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 13

St13 MEMÓRIA, SENSIBILIDADE E PODER:
tensões e disputas entre passado e presente

COORDENADO POR

Alessa Nara Fortunato Pena

Alex Lisboa Araújo

Lino José P. Ferreira

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS UFJF
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

MEMÓRIA, SENSIBILIDADE E PODER:

tensões e disputas entre passado e presente

8 E 9 DE OUTUBRO, DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Alessa Nara Fortunato Pena
Mestranda, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista: FAPEMIG. alefortt013@gmail.com

Alex Lisboa Araújo
Mestre em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
8alexlisboa@gmail.com

Lino José Pacheco Ferreira
Mestrando, Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
linopf10@gmail.com

SESSÃO 1

8 de outubro, das 8h às 12h · Eixo: Ditadura, memória e vozes silenciadas: repressão política e resistência no século XX

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	A voz interditada: censura, memória e história dos vencidos em O avesso da pele	8h10
2	Militares, Imprensa e Comissão Nacional da Verdade: políticas do tempo na disputa pela memória da ditadura (2012–2014)	8h25
3	Vozes que tecem saberes: oralidade e transmissão do ofício artesanal com cipó na comunidade da Bica, Cascavel-CE	8h40
4	Escrever contra o esquecimento: memória, migração e poder na escrita autobiográfica de Françoise Ega	8h55
5	Do sangue ao sacro: memória e silêncio no Massacre do Retiro e no culto ao "Ciganinho Milagroso"	9h10
6	Um passado que não passa: a construção da memória de Alípio de Freitas entre a ditadura e o Tempo Presente (1970-atual)	9h25
7	O fato sem o documento: a institucionalização de uma confissão tardia da ditadura e a contraprova dos arquivos (Usina Cambahyba, 1973-1975)	9h40
8	"Vai ficar na História. Já tá ficando": memória, paisagem e futuros em disputa nas comunidades rurais de Buriti (MA)	9h55
9	O 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa/RJ e sua importância como lugar de memória da ditadura militar no Sul-Fluminense	10h10
10	Memórias de Guerra, Silêncios de Gênero: experiências de Mulheres Soviéticas na Segunda Guerra Mundial	10h40
11	Memórias de Bairro: investigando a presença negra na Ressaca, dos "enxovianos" ao "quilombo de passagem", memórias e resistências	10h55
12	A face civil da repressão: o expurgo pós-golpe de 1964 em Uberlândia	11h10

SESSÃO 2

9 de outubro, das 8h às 12h · Eixo: Sensibilidades, cultura política e disputas de sentido: do Império ao tempo presente

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	O jingle enquanto vetor da cultura política local no norte de Minas Gerais	8h10
2	Apropriação política da camisa da Seleção Brasileira e a polarização nacional a partir da ascensão da extrema direita no Brasil contemporâneo	8h25
3	A redenção em retrato: memória, sensibilidade e trabalho no álbum humanitário suíço Ein Wort des Dankes (1963)	8h40
4	Fotografia & Contracultura: produção de presença e sensibilidades político-culturais nos Estados Unidos (1970–1980)	8h55
5	As Exposições Nacionais e projetos de modernização da agricultura do Brasil Imperial (1861-1881)	9h10
6	Para além dos silêncios: uma análise sobre a participação política de afrodescendentes na Argentina através do periódico El Negrito (1833)	9h25
7	O passado como forma de legitimidade: usos políticos da figura de Frederico II da Prússia durante a República de Weimar (1919-1933)	9h40
8	A República n'O Jequitinhonha: usos políticos do passado na imprensa norte-mineira (1860-1873)	9h55
9	A cidade monumental em disputa: arquitetura, corpos e ação política em 8 de janeiro	10h10
10	O Egipto Praia (Lobito, Angola) e o tráfico de escravos: itinerário de um embarcadouro secundário, da integração atlântica à patrimonialização	10h25

A cidade monumental em disputa:
arquitetura, corpos e ação política em 8 de janeiro

Alessa Nara Fortunato Pena [1]

Esta comunicação visa investigar as relações entre memória, história, espaço e usos políticos do passado a partir da ocupação da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Parte-se da compreensão de que a arquitetura e a organização urbanística de Brasília não constituíram apenas o cenário do acontecimento, mas participaram da produção das condições materiais, simbólicas e performativas de sua realização. Nesse sentido, busca-se compreender por que a Praça dos Três Poderes se constituiu como epicentro da ação e como os agentes organizaram seus deslocamentos, concentrações e ocupações ao longo dos espaços que materializam simbolicamente a estrutura do poder republicano. Propõe-se analisar as dinâmicas do acontecimento - a invasão dos edifícios, os deslocamentos coletivos, os gestos performáticos, as palavras de ordem e a seletividade entre destruição e preservação - como práticas de apropriação e (re)produção do espaço, por meio das quais a arquitetura monumental de Brasília foi simultaneamente ocupada, ressignificada e transformada em suporte para a produção de imagens e narrativas políticas. Metodologicamente, mobilizam-se registros audiovisuais, relatórios oficiais, documentos e matérias jornalísticas como fontes, compreendendo-os não apenas como evidências documentais, mas como registros das experiências sensíveis, dos percursos e das formas de representação produzidas durante e sobre o acontecimento. A abordagem teórico-metodológica articula reflexões sobre produção do espaço, memória, políticas do tempo e performatividade da linguagem, permitindo compreender a ocupação como uma prática na qual corpos, arquitetura, símbolos e temporalidades se articulam na produção de sentidos políticos. Nesse contexto, expressões como “intervenção já”, “abaixo o STF” e “S.O.S. Forças Armadas” operam não apenas como enunciados, mas como práticas performativas que mobilizam afetos, produzem identificações e organizam formas de ação coletiva. A ocupação desses espaços, portanto, não produz apenas uma disputa territorial, mas também uma disputa pelas formas de representar o povo, a nação, a democracia e o próprio passado político brasileiro. Ao evidenciar como arquitetura, práticas espaciais, memória e representação se articulam na produção do acontecimento, a comunicação busca contribuir para os debates sobre representação e representatividade, problematizando os modos pelos quais espaços de poder são apropriados, ressignificados e disputados por diferentes sujeitos políticos.

Palavras-chave: 8 de janeiro; Arquitetura; Brasília; Performatividade; Usos do passado.

[1] Coordenadora do ST13. Mestranda, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista: FAPEMIG. alefortt013@gmail.com

A face civil da repressão:
o expurgo pós-golpe de 1964 em Uberlândia

Lino José Pacheco Ferreira [2]

Esta proposta de comunicação busca apresentar os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado voltada para o estudo dos processos de repressão política que ocorreram na cidade de Uberlândia, desencadeados a partir do golpe de 1964. Assim, pretende-se investigar a participação de indivíduos da sociedade civil nesse episódio de repressão. Almeja-se compreender melhor quem eram esses sujeitos, quais os motivos que os levaram a se envolver no processo de expurgo e qual foi o impacto desse envolvimento em suas biografias. Várias figuras proeminentes da cidade são mencionadas nesses processos, algumas na condição de colaboradores do aparato repressor, outros foram vítimas, alvos da perseguição política do novo regime. A pesquisa está sendo desenvolvida com base na análise de fontes produzidas pelos próprios organismos de repressão ditatorial, com destaque para um Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado para a investigação de "atividades subversivas" em Uberlândia e a documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG). Desse modo, o estudo propõe uma dialogia entre a história local da cidade de Uberlândia e a historiografia a respeito do golpe de 1964 e da Ditadura Civil-Militar. O presente trabalho dialoga com os referenciais teóricos do campo da História Política, como os estudos de Rene Rémond. Dessa maneira, esta pesquisa pretende abordar e denunciar a repressão ocorrida na etapa mais inicial da Ditadura Civil-Militar, destacando a participação de elementos da sociedade civil, enquanto agentes da repressão em Uberlândia. Este estudo busca reforçar a ideia de que os militares apenas conseguiram deflagrar o golpe e permanecer no poder devido ao apoio obtido junto a importantes segmentos da sociedade civil, não somente nos grandes centros da nação, mas também em regiões interioranas, como é o caso da cidade de Uberlândia.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar, Uberlândia, Repressão, Golpe de 1964, História Política.

[2] Coordenador do ST13. Mestrando, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). linopf10@gmail.com

A voz interditada:
censura, memória e história dos vencidos em O avesso da pele

Jean Carlos Pereira [3]

Este trabalho é parte de pesquisa em andamento. Analisa os episódios de censura e tentativa de interdição de O avesso da pele (2020), de Jeferson Tenório, no espaço escolar, com atenção aos casos ocorridos no Paraná e em Santa Catarina, compreendendo-os como manifestações de uma disputa política em torno da circulação de narrativas, da memória e da formação do leitor. Parte-se da hipótese de que a censura não incide exclusivamente sobre a materialidade do livro ou sobre determinados conteúdos considerados inadequados, mas sobre a possibilidade de circulação de uma voz social que tensiona narrativas históricas hegemônicas. A partir de Bakhtin (2014), compreende-se a obra literária como espaço de confronto e coexistência de vozes sociais; nesse sentido, sua interdição constitui também uma tentativa de silenciamento da "voz do outro". Em diálogo com Fanon (2008), considera-se que esse outro não é uma categoria abstrata, mas um sujeito historicamente produzido pelas relações coloniais e raciais, cuja experiência é atravessada pela violência e pela desumanização. Recorre-se ainda a Benjamin (1987) para compreender a memória como campo de disputa, no qual a narrativa histórica dos vencedores se contrapõe às experiências dos vencidos. Em Gramsci (2001), a noção de hegemonia permite compreender como determinadas formas de representação do passado e do presente se consolidam como dominantes. Nessa perspectiva, a retirada ou restrição da obra no ambiente escolar pode ser entendida como uma forma de "interdição da memória", ao limitar a transmissão, às novas gerações, de narrativas sobre a experiência negra, o racismo e a violência. Argumenta-se, portanto, que a censura de O avesso da pele ultrapassa a controvérsia em torno de linguagem ou conteúdo e se inscreve em uma disputa mais ampla pelo direito de narrar o passado e produzir sentidos sobre o presente. Ao incidir sobre a escola, espaço institucional de formação e transmissão cultural, a interdição contribui para a conservação da hegemonia de determinadas narrativas históricas em detrimento de outras, evidenciando a dimensão política da memória e da formação do leitor no tempo presente.

Palavras-chave: Censura; Memória; História dos vencidos; Literatura; Formação do leitor.

[3] Mestre em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). jean.c.pereira@edu.ufes.br

Militares, Imprensa e Comissão Nacional da Verdade:
políticas do tempo na disputa pela memória da ditadura (2012–2014)

Brunna Carla Santos de Souza [4]

O presente trabalho analisa a construção discursiva dos militares brasileiros durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (2012–2014), investigando a circulação e o enquadramento dessas narrativas nos jornais Folha de S.Paulo e O Globo. A instalação da comissão instaurou uma fratura no pacto conciliatório da Nova República ao interpelar publicamente as Forças Armadas sobre a responsabilidade institucional pelas graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar. Diante dessa conjuntura, setores militares da ativa e da reserva reagiram por meio de pronunciamentos, manifestos e notas públicas veiculadas com ampla visibilidade na grande imprensa. Mobiliza-se a categoria de políticas do tempo (Mudrovcic, 2018) para examinar como a memória da ditadura foi agenciada no debate público, articulando-se à noção de operação midiográfica (Menezes, 2011) para compreender a escrita da história forjada pelos meios de comunicação. Ancorada na História do Tempo Presente e na Análise do Discurso, a investigação apoia-se em um corpus empírico de 66 registros jornalísticos, compreendendo declarações, reportagens e editoriais publicados entre a instalação da CNV e a entrega do Relatório Final (2012 – 2014). A análise identifica quatro eixos discursivos centrais: a reatualização da matriz anticomunista da Guerra Fria; o recurso à teoria dos dois demônios para nivelar assimetricamente as violências estatais e a oposição armada; o uso da Lei da Anistia de 1979 como entrave discursivo para interditar punições; e a exaltação da concepção tutelar do Exército como garantidor da ordem nacional. Conclui-se que o enquadramento editorial operou em convergência com os interesses castrenses ao admitir a verdade factual da violência repressiva, mas consolidar a narrativa da "página virada", preservando o interdito à justiça de transição punitiva e blindando a autoridade política das Forças Armadas no presente.

Palavras-chave: Militares; Comissão Nacional da Verdade; Políticas do Tempo.

[4] Mestranda, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). brunnacarlariquelme2014@gmail.com

Vozes que tecem saberes:
oralidade e transmissão do ofício artesanal com cipó na comunidade da Bica, Cascavel-CE

Michelly Maria da Silva Cavalcante[5]

O artesanato em cipó desenvolvido na Comunidade da Bica, localizada no município de Cascavel, Ceará, constitui uma prática cultural historicamente vinculada à formação social e econômica da comunidade, sendo responsável não apenas pela produção de artefatos, mas pela constituição de saberes e formas próprias de compreender o território vivido. Aprendido predominantemente por meio da convivência familiar, da observação e das narrativas compartilhadas entre gerações, o ofício evidencia processos de aprendizagem que extrapolam os espaços formais de educação e se consolidam nas experiências cotidianas dos artesãos. Partindo dessa perspectiva, este trabalho objetiva compreender de que maneira a oralidade participa da transmissão dos saberes relacionados ao artesanato em cipó, contribuindo para a continuidade dessa prática cultural na Comunidade da Bica. Considera-se que os conhecimentos necessários ao desenvolvimento do ofício não se restringem às técnicas de coleta, preparo e manuseio da matéria-prima, mas envolvem as memórias e as formas de pertencimento construídas coletivamente ao longo da história da comunidade. Portanto, este trabalho também se dispõe a discutir o papel da oralidade na transmissão dos saberes relacionados ao artesanato em cipó e como esse processo contribui para a continuidade dessa prática cultural na Comunidade da Bica. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, articulando pesquisa, articulando pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A produção das fontes ocorrerá por meio de pesquisa documental observação participante e registro de narrativas orais dos artesãos, compreendidas como caminhos para analisar os processos de transmissão dos saberes relacionados ao ofício. O estudo busca contribuir para os debates acerca da preservação de saberes tradicionais, evidenciando que a continuidade do artesanato em cipó está profundamente relacionadaàs vozes daqueles que, ao compartilharem suas experiências, mantêm vivo um patrimônio cultural construído e ressignificado no cotidiano da Comunidade da Bica.

Palavras-chave: Oralidade; Educação Popular; Artesanato com cipó.

[5] Mestranda em História, Cultura e Espacialidades, Universidade Estadual do Ceará (UECE). michellymaria1412@gmail.com

Escrever contra o esquecimento:
memória, migração e poder na escrita autobiográfica de Françoise Ega

Amanda Gabriela Souza Rodrigues[6]

Este resumo analisa a escrita autobiográfica de Françoise Ega, com foco em Cartas a uma negra (1962-1964), a partir das relações entre memória, migração e poder. Mulher negra martinicana radicada na França, Ega registra, em seus escritos, experiências de trabalho, racismo, desigualdade, deslocamento e pertencimento, construindo uma narrativa que ultrapassa a dimensão individual e permite problematizar as relações sociais e as permanências de estruturas coloniais no contexto francês. Parte-se da compreensão de que a memória não constitui apenas um registro do passado, mas um campo de disputas no qual diferentes sujeitos produzem sentidos sobre experiências históricas e reivindicam o direito de narrá-las. Nesse sentido, busca-se compreender como Ega transforma a experiência migratória em escrita e como essa escrita atua na elaboração e preservação de uma memória sobre a experiência de mulheres negras antilhanas na França. Interessa compreender, ainda, como a narrativa autobiográfica permite tensionar formas de silenciamento e perspectivas hegemônicas sobre a migração, especialmente quando consideradas as relações entre raça, gênero, classe e colonialidade. A análise considera o contexto histórico das migrações antilhanas para a França e as políticas que orientaram esses deslocamentos, incluindo a criação do BUMIDOM, compreendendo a migração como experiência atravessada por relações de poder. A partir da perspectiva da escrevivência, compreendida como possibilidade de produção de conhecimento a partir de experiências historicamente subalternizadas, argumenta-se que a escrita de Ega constitui uma prática de memória e resistência. Ao narrar o cotidiano, registrar violências e afirmar sua própria voz, a autora produz uma memória alternativa sobre a experiência migratória e desloca o lugar tradicionalmente ocupado por sujeitos negros nas narrativas históricas. A recuperação dessa escrita no presente permite, assim, refletir sobre a permanência de questões relacionadas ao racismo, à desigualdade e às heranças coloniais, evidenciando como experiências do passado continuam atravessadas por disputas de sentido no presente. Desse modo, a comunicação pretende discutir a escrita autobiográfica como espaço de disputa política da memória, no qual recordar, narrar e escrever constituem formas de enfrentar o esquecimento e intervir na produção dos sentidos atribuídos ao passado.

Palavras-chave: Françoise Ega; Memória; Migração; Escrita autobiográfica; Poder.

[6] Mestranda em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). amandagabrielasouza6@gmail.com

Do sangue ao sacro:
memória e silêncio no Massacre do Retiro e no culto ao "Ciganinho Milagroso"

Valéria Sabrina Barbosa Nolêto[7]

Este trabalho propõe investigar a oscilação entre memória e esquecimento do Massacre do Retiro, ocorrido em 11 de novembro de 1913, quando cerca de 200 pessoas ciganas foram executadas por agentes da Polícia Militar. Quatro anos após a chacina, surgiu um culto devocional em torno do "Ciganinho Milagroso" – uma criança cigana vítima do massacre –, cuja análise revela a ambivalência entre preservação e apagamento da memória. A pesquisa busca compreender os mecanismos de apagamento étnico, historiográfico e simbólico dos povos ciganos brasileiros, considerando as relações entre violência estatal, memória e território. Parte-se da hipótese de que a construção de uma imagem negativa do sujeito cigano contribuiu para a legitimação da violência e para o posterior apagamento de suas circunstâncias históricas. Considera-se também que o culto ao "Ciganinho Milagroso" funciona como um mecanismo simbólico que, ao mesmo tempo em que mantém viva a lembrança parcial do massacre em linguagem devocional, neutraliza e despolitiza as mortes dos ciganos adultos, convertendo o acontecimento em mito. Nesse sentido, interessa compreender como o passado permanece operante no presente por meio de narrativas, sensibilidades e formas de apropriação simbólica do território em que o massacre ocorreu. Serão analisadas matérias jornalísticas da época e a fortuna crítica sobre os povos ciganos, no Brasil e no exterior. Os materiais devocionais associados ao culto serão examinados como fontes auxiliares, fundamentais para compreender o entrelace entre representações, deslocamentos e reconstruções da memória. A pesquisa pretende contribuir para a construção de uma história contra a violência, o apagamento e a exclusão dos povos ciganos, ressaltando a necessidade de incluir e compreender vozes historicamente silenciadas.

Palavras-chave: Povos ciganos; Memória coletiva; Violência estatal; Apagamento étnico; Culto devocional popular.

[7] Mestranda em História, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). valeria.barbosa@aluno.ufop.edu.br

Um passado que não passa:
a construção da memória de Alípio de Freitas entre a ditadura e o Tempo Presente (1970-atual)

Alicia Moreira Felix[8]

Esta comunicação resulta da pesquisa de doutoramento da autora, dedicada à trajetória biográfica de Alípio Cristiano de Freitas, sacerdote português naturalizado brasileiro que atuou em São Luís- MA como padre até 1962, quando abandonou o clero para ingressar na Ação Popular (AP) e posteriormente se envolver com organizações de esquerda, sendo preso por dez anos (1970-1979) e torturado pela ditadura civil-militar brasileira. O trabalho concentra-se, sobretudo, na terceira parte da pesquisa, voltada à análise das disputas de memória em torno de Alípio, buscando compreender como diferentes conjunturas políticas produziram distintas representações sobre sua trajetória. Durante a ditadura, sua imagem foi marcada pela criminalização promovida pela imprensa e pelos órgãos de repressão, que o classificaram como "subversivo", "comunista", "baderneiro" e "assaltante". Em contraste, após sua morte, em 2017, sua trajetória passou a ser retomada por diferentes grupos como símbolo da resistência à ditadura e como a de um "herói combatente internacionalista". Para isso, são analisadas matérias do Jornal do Brasil (1970–1975) e de O Fluminense (1979), consultadas no acervo do Arquivo Nacional, em contraste com notícias e conteúdos digitais publicados na internet após sua morte, examinados a partir da metodologia da etnografia digital. A comunicação investiga, portanto, essas transformações, atentando para as relações entre memória, esquecimento, reconhecimento e disputas políticas no Tempo Presente. Busca-se, assim, compreender de que modo as diferentes imagens de Alípio foram construídas e mobilizadas entre a ditadura e o período posterior à sua morte, evidenciando que sua memória não é estática, mas atravessada por conflitos e interesses vinculados às conjunturas históricas.

Palavras-chave: Alípio de Freitas; Memória; Ditadura Civil-Militar; Etnografia Digital.

[8] Mestra em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR). aliciafelix8@gmail.com

O fato sem o documento:

a institucionalização de uma confissão tardia da ditadura e a contraprova dos arquivos (Usina Cambahyba, 1973-1975)

José Lysandro Gomes Bainha [9]

Em 2012, um ex-delegado do DOPS capixaba afirmou, em livro de circulação comercial e, depois, em depoimentos à Comissão Nacional da Verdade, ter incinerado os corpos de doze desaparecidos políticos nas caldeiras de uma usina de açúcar do norte fluminense, entre 1973 e 1975. Em pouco mais de uma década, a alegação — desacompanhada de documento de época, de vestígio material e de testemunho independente — converteu-se em enunciado factual reproduzido por relatórios oficiais, decisões judiciais, ato legislativo de tombamento e produções audiovisuais. Esta comunicação examina o percurso pelo qual uma narrativa de fonte única se institucionalizou, e o que os acervos públicos registram — e não registram — sobre ela. O corpus reúne três conjuntos custodiados pelo Arquivo Nacional, consultados pelo SIAN e conferidos na imagem dos originais: os fundos dos órgãos de informação do período (SNI, Polícia Federal, CIE), o fundo da própria Comissão Nacional da Verdade e o fundo do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). O exame documental encontra quatro resultados: o silêncio integral dos fundos da repressão quanto ao episódio narrado; a divergência, dentro de um mesmo dossiê oficial de 1975, entre as datas de desaparecimento atribuídas às vítimas; a admissão escrita, pela própria Comissão, de que não foi possível encontrar evidências concretas do episódio; e a ausência, até hoje, de laudo pericial sobre os fornos, apesar de recomendação expressa do órgão de acusação. A série administrativa e estatística do IAA acrescenta a contraprova operacional: calendário de safra, enquadramento da destilaria e produção medida safra a safra desmentem a moldura industrial que a narrativa pressupõe. Discute-se, à luz da história do tempo presente, o circuito de convalidação — imprensa, comissões, Judiciário, legislador, audiovisual — em que cada elo cita o anterior e nenhum retorna à fonte, e propõem-se critérios mínimos de corroboração para o uso historiográfico de confissões tardias de perpetradores em contextos de justiça de transição. A comunicação não disputa a realidade da repressão, da tortura e do desaparecimento forçado, documentada e pressuposta; disputa o padrão probatório de uma narrativa específica sobre o destino dos corpos, e defende que a memória das vítimas é mais bem servida pela crítica documental do que pela repetição.

Palavras-chave: história do tempo presente; justiça de transição; ditadura civil-militar; crítica documental; memória.

[9] Graduado em Direito (UNIFLU); inspetor de polícia do Estado do Rio de Janeiro. jlysandro@gmail.com

"Vai ficar na História. Já tá ficando":
memória, paisagem e futuros em disputa nas comunidades rurais de Buriti (MA)

Anna Karoline da Silva Nascimento [10]

Este trabalho analisa como moradores de comunidades rurais de Buriti (MA) mobilizam memórias do território para interpretar as transformações provocadas pela expansão do agronegócio da soja e elaborar horizontes de continuidade da vida no campo. Questiona-se de que maneira essas narrativas articulam passado, presente e futuro, convertendo experiências sensíveis do espaço vivido em formas de leitura política das relações de poder que atravessam o território. Parte-se da hipótese de que a memória não funciona apenas como evocação nostálgica de um tempo desaparecido, mas como prática social que torna visíveis perdas ambientais, contesta a representação do agronegócio como destino inevitável e legitima modos locais de viver e conhecer. Com abordagem qualitativa e interdisciplinar, a pesquisa utiliza a História Oral e examina entrevistas realizadas entre 2023 e 2025 com moradores das comunidades Carranca, Areia, Matinha/Faveira e Belém, em diálogo com registros fotográficos produzidos em campo. A interpretação das fontes apoia-se em Portelli (2010), para quem a narrativa oral comunica sentidos atribuídos à experiência; em Pollak (1992) e Delgado (2003), na compreensão da memória como construção situada; e em Santos (2006), na leitura do território como espaço vivido e historicamente produzido. Os relatos contrapõem um passado associado à presença de frutos nativos, água, sossego e liberdade de circulação a um presente marcado pela aproximação das lavouras, pelo desaparecimento de espécies e pela restrição dos caminhos. Simultaneamente, recordações sobre reservas preservadas desde os avós, experiências de retorno ao campo e desejos de transmitir saberes aos filhos demonstram que rememorar também significa projetar continuidade. Conclui-se que essas narrativas transformam a paisagem em arquivo da experiência coletiva e fazem da memória uma linguagem política por meio da qual os sujeitos denunciam perdas, afirmam pertencimentos e disputam os sentidos atribuídos ao presente e ao porvir.

Palavras-chave: Memória; História Oral; Território; Agronegócio; Buriti (MA).

[10] Mestre em Sociedade e Cultura, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC), Universidade Estadual do Piauí (UESPI). akarolinedasn@aluno.uespi.br

O 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa/RJ e sua importância como lugar de memória da ditadura militar no Sul-Fluminense

Iohana Viana Araujo [11]

O trabalho se propõe a discutir a relevância do 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa/RJ como um lugar de memória para o sul do estado do Rio de Janeiro. Desde a sua fundação, em 1950, o batalhão figurou como um centro de repressão, tortura e morte, especialmente durante a ditadura militar brasileira. Trabalhadores, religiosos, militantes e até mesmo seus próprios soldados tiveram seus direitos humanos violados nas dependências do quartel até 1972, quando este foi fechado após a condenação inédita de nove militares pela Justiça Militar pelo assassinato de quatro soldados dentro do batalhão. A pesquisa tem como objetivo expor os motivos pelos quais este lugar de memória é tão crucial para a construção da memória histórica do sul-fluminense, ainda que seja objeto de um grave processo de esquecimento institucional e de disputa de memória até os dias de hoje. O estudo é exploratório e descritivo, fazendo uso de fontes advindas da CMV-VR e do acervo do CEMESF/UFF, sob a luz do conceito de lugares de memória, de Pierre Nora. Ao fim, pretende-se comprovar o caráter essencial desse lugar de memória sensível e a necessidade de valorização desse local, que representa um capítulo esquecido da história da cidade de Barra Mansa e do interior do Rio de Janeiro de forma geral.

Palavras-chave: ditadura militar; lugare de memória; Barra Mansa, 1º BIB.

[11] Mestranda, PPGHIS/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista: CNPq. iohanava@gmail.com

Memórias de Guerra, Silêncios de Gênero:
experiências de Mulheres Soviéticas na Segunda Guerra Mundial

Arielly Nogueira Angotti Mateus[12]

Este trabalho analisa as narrativas e memórias sobre a participação das mulheres soviéticas na Segunda Guerra Mundial, com ênfase nas experiências subjetivas, nas sensibilidades e nos silenciamentos mobilizados nos relatos de guerra. Inserida no campo da História das Mulheres, dos Estudos de Gênero e dos Estudos da Memória, a pesquisa busca compreender de que maneira as experiências das combatentes foram construídas, transmitidas e reelaboradas ao longo do tempo, considerando as tensões entre protagonismo e invisibilidade, heroísmo e sensibilidade, agência e violência. Parte-se da compreensão de que a memória da guerra não constitui uma reprodução neutra do passado, mas sim um espaço de disputas no qual diferentes narrativas atribuem sentidos às experiências vividas e definem aquilo que pode ser lembrado, silenciado ou esquecido. Nesse sentido, interessa compreender como determinadas representações heroicas das combatentes soviéticas convivem com memórias marcadas pelo medo, pela dor, pelas perdas, pelos afetos e por experiências consideradas contrárias aos modelos tradicionais de narrativa militar. A metodologia articula contribuições da História Oral, dos estudos de gênero e da teoria feminista, além de aportes da psicologia, mobilizando a análise qualitativa de testemunhos, entrevistas e documentos memorialísticos. O corpus inclui, entre outras fontes, as obras: A Guerra Não Tem Rosto de Mulher, de Svetlana Aleksiévitch (2016), As Bruxas da Noite: A História Não Contada do Regimento Aéreo Feminino Russo durante a Segunda Guerra Mundial, de Ritanna Armeni (2019), e A Dance with Death: Soviet Airwomen in World War II, de Anne Noggle (1994), cujos relatos permitem acessar diferentes formas de elaboração da experiência feminina da guerra. Ao privilegiar as dimensões afetivas, simbólicas e políticas dessas memórias, o trabalho busca investigar como sensibilidades participam da construção de identidades, representações e disputas em torno da memória da Segunda Guerra Mundial. Assim, pretende-se problematizar a permanência de narrativas heroicas e hegemônicas e evidenciar as tensões entre as imagens públicas das “heroínas” e as experiências subjetivas que emergem de suas próprias memórias.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Mulheres Soviéticas; Gênero; Memória; Subjetividade.

[12] Mestranda em História, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista: PROPPI/UFOP. arielly.n.angotti@gmail.com

Memórias de Bairro:

investigando a presença negra na Ressaca, dos "enxovianos" ao "quilombo de passagem", memórias e resistências

Ana Karla Aparecida da Mota Moreira [13]

O atual projeto de pesquisa busca construir reflexões acerca dos lugares racializados em Piraí do Sul, município localizado no estado do Paraná, investigando sobre como a presença negra se inscreve, é percebida e produz significado no espaço urbano atual. O projeto pretende problematizar as dinâmicas de mobilidade, invisibilidade e os rastros espaciais deixados pelas comunidades negras, analisando como tais experiências se materializam em territórios, memórias e práticas sociais. Nesse sentido, o estudo dialoga com a noção de "quilombo de passagem", termo que surge em entrevista com moradores locais, descrevendo-o como um espaço utilizado por escravizados fugidos como refúgio, tratando de doenças e feridas antes de partirem para as proximidades. O termo é utilizado como ponto de partida para compreender os fluxos, deslocamentos, permanências e estratégias de sobrevivência que marcaram a trajetória da população negra na região. A atual pesquisa busca aprofundar questões feitas anteriormente sobre as populações negras e pardas de Piraí do Sul, sinalizando lugares de passagem, rupturas e processos de (re)existência no tempo presente, de modo a evidenciar como sujeitos e comunidades negras continuam produzindo pertencimentos, memórias e formas de resistência em meio às transformações da cidade. Por fim, o projeto de pesquisa tem como objetivo principal construir reflexões criticas e historicamente situadas acerca dos lugares racializados na cidade, desmantelando narrativas que excluem da memória pública as experiências e contribuições da população negra na região.

Palavras-chave: Quilombo; Presença negra; História Oral.

[13] Graduanda em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista: Fundação Araucária. mottaanakarla6@gmail.com

O jingle enquanto vetor da cultura política local no norte de Minas Gerais

Vítor Fraga Silva Prates [14]

A presente comunicação pretende analisar o jingle eleitoral enquanto artefato e vetor fundamental na construção, reprodução e transformação da cultura política local no Norte de Minas Gerais. Amparado pelos pressupostos da História Política renovada e na categoria teórica de Cultura Política, conforme delineada por historiadores como Serge Berstein e Jean-François Sirinelli, o estudo enquanto proposta de dissertação, parte da premissa de que a prática política transcende as instâncias institucionais e formais do poder, operando profundamente no domínio das sensibilidades, dos afetos, das linguagens e das representações simbólicas. Nesse horizonte, o Norte de Minas Gerais constitui um espaço historiográfico e social singular, marcado pela histórica convivência entre tradições de mandonismo, personalismo e uma vibrante cultura popular sertaneja, onde a sonoridade cumpre uma função decisiva de mobilização coletiva e de pertencimento comunitário. Metodologicamente, o estudo articula a análise discursiva e musical de vinhetas de campanhas municipais norte-mineiras a fontes da História Oral, dos Estudos da Memória e da História do Tempo Presente. Mapeia-se como os ritmos populares regionais, como o forró, a bregadeira e as modas de viola, são instrumentalizados pelas elites e grupos políticos para fixar a imagem pública dos candidatos e reativar nostalgias, afetividades e identidades locais. Longe de se reduzirem a meras ferramentas efêmeras do marketing eleitoral contemporâneo, os jingles operam como veículos permanentes da memória social, atualizando passados que permanecem operantes no presente e disputando a legitimidade das narrativas sobre o desenvolvimento regional e as territorialidades políticas locais. Argumenta-se que, no sertão mineiro, o jingle funciona como uma ponte mediadora entre as permanências da sociabilidade tradicional e as dinâmicas contemporâneas das disputas eleitorais. A peça sonoro-discursiva reelabora os mitos locais e a figura do líder paternalista para projetar expectativas de futuro e legitimar projetos de poder. Paralelamente, a recepção popular, expressa na apropriação, na paródia e na circulação orgânica das canções no cotidiano das cidades, revela como os sujeitos ressignificam os discursos hegemônicos. Conclui-se que esse patrimônio sonoro reflete as ambiguidades entre o patrimonialismo e a democratização, consolidando o jingle como fonte incontornável para compreender os sentidos atribuídos ao político na contemporaneidade.

Palavras-chave: Jingle; política; campanha.

[14] Mestrando, PPGH/Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). vitor.fraga@educacao.mg.gov.br

Apropriação política da camisa da Seleção Brasileira e a polarização nacional a partir da ascensão da extrema direita no Brasil contemporâneo

Leonardo Augusto Trindade de Miranda [15]

Este trabalho analisa o processo de ressignificação e apropriação política da camisa da Seleção Brasileira de futebol, focando em sua transformação de um histórico símbolo de unidade popular para um marcador de identidade político-partidária no Brasil contemporâneo. A partir da ascensão política de Jair Bolsonaro e ao longo de seu mandato, o uniforme verde e amarelo passou a ser utilizado de forma sistemática como ferramenta de mobilização por seus apoiadores em manifestações e atos públicos. O objetivo desta pesquisa é investigar como essa captura estética e simbólica operou na esfera pública e de que maneira ela refletiu e aprofundou a polarização sociopolítica do país. Metodologicamente, o estudo ampara-se em revisão bibliográfica nos campos da História Política e da Sociologia, aliada à análise documental de registros midiáticos e fotográficos das mobilizações de rua do período. A hipótese central sustenta que a vinculação da camisa a um espectro político específico gerou uma fratura na memória coletiva nacional, levando opositores e cidadãos não alinhados a ressignificarem, ou mesmo abandonarem, o uso do traje. O estudo demonstra que esse fenômeno ilustra uma disputa mais ampla sobre o monopólio do patriotismo e sobre quem detém a legitimidade de representar o nacionalismo no Brasil do século XXI.

Palavras-chave: História Política; Símbolos Nacionais; Polarização; Jair Bolsonaro; Nacionalismo.

[15] Mestrando em História, Universidade Federal do Pará (UFPA). miirandaleo@gmail.com

A redenção em retrato:
memória, sensibilidade e trabalho no álbum humanitário suíço Ein Wort des Dankes (1963)

Nathan Henrique da Silva Lermen [16]

Este trabalho analisa como a Suíça reprocessou simbolicamente, no pós-guerra, um passado incômodo - sua política restritiva de asilo e a suspeita de colaboração econômica com a Alemanha nazista -, por meio da construção de uma identidade nacional redentora ancorada na ajuda humanitária. Toma-se como objeto central o álbum fotográfico Ein Wort des Dankes (Linz, 1963), produzido pela rede suíça de assistência a refugiados como peça comemorativa dirigida aos comitês doadores. Argumenta-se que esse artefato não apenas registra, mas ativamente produz uma sensibilidade específica sobre o sofrimento e a superação do refugiado, por meio da convenção retórica do "antes e depois" e do discurso citado de gratidão, de forma que opera como tecnologia de memória que legitima, para o presente e o futuro da própria organização, uma narrativa de generosidade nacional. A análise privilegia a dimensão material e espacial dessa operação de sentido: a transição fotográfica do barraco precário à casa nova, erguida com trabalho não remunerado do próprio assistido, inscreve no corpo e na paisagem construída uma temporalidade redentora específica, na qual o passado do deslocamento é territorialmente apagado pela materialidade do lar reconquistado. Propõe-se, nesse sentido, que o álbum instaura um regime de historicidade próprio, no qual passado (a guerra, o trauma, a suspeita moral suíça), presente (a fotografia, o testemunho de gratidão) e futuro (a continuidade das doações, a legitimidade redentora da nação) coexistem em tensão produtiva, e disputam o sentido atribuído tanto à experiência do refugiado quanto à própria identidade nacional suíça. Discute-se, por fim, como esse repertório de "autoajuda assistida" e superação moral do passado por meio do trabalho ainda ecoa em disputas contemporâneas sobre autonomia, mérito e condicionalidade no campo humanitário internacional, o que evidencia a operância presente de sensibilidades e narrativas forjadas há mais de sessenta anos.

Palavras-chave: Humanitarismo suíço; Redenção política; Pós-guerra.

[16] Doutorando em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). lermen.nathan@gmail.com

Fotografia & Contracultura:
produção de presença e sensibilidades político-culturais nos Estados Unidos (1970–1980)

Isaac Vinicius Veloso Ramos[17]

Este trabalho propõe examinar as relações entre fotografia, contracultura e sensibilidades políticas nos Estados Unidos entre as décadas de 1970 e 1980, tomando como objetos de análise as obras de Robert Mapplethorpe, Peter Hujar e Nan Goldin. Inseridas em um contexto marcado pelas transformações culturais do pós-guerra, pela emergência de movimentos de contestação social e pela ampliação dos debates em torno do comportamento e da liberdade sexual, tais produções fotográficas contribuíram para a emergência de formas alternativas de pertencimento, bem como para a visibilização de sujeitos e experiências marginalizadas pelas narrativas hegemônicas. Ao longo desse período, essas imagens também participaram da constituição de práticas culturais capazes de produzir identidades coletivas e modos de resistência às normas sociopolíticas vigentes. Partindo das contribuições de Hans Ulrich Gumbrecht e de seu conceito de produção de presença, busca-se compreender de que modo essas imagens ultrapassam sua dimensão representacional e se constituem como materializações empíricas de temporalidades específicas. Nesse sentido, considera-se relevante uma reflexão que abranja corpos, afetos, modos de vida e subculturas, atentando para a forma como essas subjetividades foram inscritas visualmente e preservadas em experiências entretempos. O objetivo é compreender de que modo o levante contracultural se mobilizou historicamente, tensionando e reorganizando seu tempo, até se inscrever e se coisificar na imagem fotográfica. Desse modo, pretende-se contribuir para as reflexões acerca dos usos políticos da memória e das formas pelas quais os passados permanecem presentes nas imagens, produzindo efeitos que atravessam diferentes temporalidades e continuam impactando a contemporaneidade.

Palavras-chave: Contracultura; Fotografia; Produção de Presença; Memória.

[17] Mestre em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). isaacvveloso r@gmail.com

As Exposições Nacionais e projetos de modernização da agricultura do Brasil Imperial (1861-1881)

Samira Carminhola Cordeiro[18]

As Exposições Nacionais que ocorreram no Brasil Imperial (1861-1881) constituíram espaços de exibição da produção nacional e de elaboração de discursos sobre progresso, modernização e futuro. Este trabalho propõe apresentar essas exposições, com atenção à presença da agricultura, buscando compreender como esses eventos articulavam práticas materiais, saberes e projetos políticos na construção de determinadas imagens do país. A pesquisa parte do problema de compreender de que maneira a agricultura foi apresentada nas exposições e quais expectativas de modernização e desenvolvimento foram associadas à produção agrícola no contexto imperial. A investigação mobiliza as contribuições de Roger Chartier, especialmente a noção de representações como práticas sociais, e de Pierre Bourdieu, para refletir sobre as relações entre saber, poder e legitimidade. Considera-se que as exposições não funcionavam apenas como espaços de apresentação de produtos, mas também como lugares de construção de narrativas sobre o presente e de projeção de expectativas acerca do futuro do país. Nesse sentido, interessa observar como a agricultura foi mobilizada como elemento de uma narrativa de progresso e como os agentes envolvidos nesses eventos participaram da produção e legitimação desses sentidos. Em fase inicial, a pesquisa realiza o levantamento das principais edições das Exposições Nacionais, suas formas de organização e os agentes envolvidos, bem como de relatórios, catálogos e documentos institucionais produzidos no contexto desses eventos. Como resultados parciais, o levantamento indica a relevância dessas fontes para investigar as relações entre agricultura, poder e projetos de modernização no Império. Assim, a comunicação busca contribuir para a reflexão sobre as formas pelas quais narrativas, expectativas e projetos políticos se materializaram em práticas expositivas no Brasil do século XIX.

Palavras-chave: Exposições Nacionais; Agricultura; Modernização; Brasil Império.

[18] Mestranda em História Política, Universidade Estadual de Maringá (UEM). samiracordeiro92@gmail.com

Para além dos silêncios:
uma análise sobre a participação política de afrodescendentes na Argentina através do periódico El Negrito (1833)

Suellen Rodrigues Barros[19]

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as participações políticas de pessoas afrodescendentes na Argentina pós independente através do periódico El Negrito, no ano de 1833. Esta investigação permite confrontar a perspectiva de uma homogeneidade racial branca na Argentina, observando de que forma o apagamento historiográfico da população afrodescendente na construção do país está ligado com a ideia de nação que se consolidou em sua memória e identidade nacional. Para isso, será necessário compreender o que seria o mito da homogeneidade racial, assim como as origens e teses que sustentam e permancem no imaginário social de uma Argentina "europeia", além de explorar as raízes do suposto desaparecimento de negros e negras em sua sociedade. Posteriormente, essa reflexão será colocada frente a uma renovação historiográfica recente que estabeleceu o aprofundamento de investigações sobre a experiência de afrodescendentes escravizados, livres e libertos no país. A fim de contribuir com essas pesquisas, serão analisados neste trabalho poemas, contos, avisos, correspondências e reivindicações de direitos como cidadãos escritos por homens e mulheres negros registrados no periódico El Negrito em 1833. Nesse sentido, serão estudados de que maneira os escritos presentes no jornal refletiam o cotidiano em esses sujeitos que estavam inseridos, algumas de suas perspectivas e as diferentes participações políticas que experienciaram no contexto de escravidão e guerras civis do século XIX.

Palavras-chave: Afrodescendentes; Argentina; Apagamento;

[19] Mestranda em História, PPHR/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). suellenrodriguesbarros9@gmail.com

O passado como forma de legitimidade:
usos políticos da figura de Frederico II da Prússia durante a República de Weimar (1919-1933)

Isadora Cavada da Silva [20]

Frederico II da Prússia (1712 – 1786) é uma das figuras mais emblemáticas da história alemã. Nascido na Prússia em 1712, Frederico II veio a se tornar um dos mais importantes imperadores prussianos da dinastia Hohenzollern. Levou uma vida complexa e dicotômica: ao mesmo tempo em que era aclamado pelas suas conquistas bélicas, responsáveis por expandir o império prussiano, também era um déspota esclarecido, responsável por apoiar uma gama de artistas durante o seu reinado. Outro aspecto relevante está relacionado a vida privada do monarca, uma vez que Frederico II tinha tendências homoafetivas, chegando a ter relacionamentos homoeróticos que envolvia outros homens que frequentavam a sua corte. Estes elementos dicotômicos relacionados à vida do imperador, permitiram que diferentes grupos políticos utilizassem da figura de Frederico II durante a história alemã. Nesta comunicação, pretende-se discutir sobre os usos da figura do imperador e suas ressignificações por dois grupos, que visto de fora parecem ser completamente dicotômicos, o movimento homossexual alemão e o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, tendo como recorte temporal a forma como estes se utilizavam do imaginário sobre o monarca durante a República de Weimar (1919 – 1933). Para o movimento homossexual alemão, Frederico II foi retomado como uma figura importante do Cânone Homossexual que estava sendo produzido para legitimar a luta política destes por direitos e o fim da criminalização de suas existências, sendo o imperador especialmente bem-quisto por grupo de homossexuais masculinistas, que viam em Frederico II um exemplo que auxiliaria a validar a masculinidade e virilidade de homens homossexuais. Já para o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, o monarca era retomado como uma forma de autenticar seu governo, demonstrando para o povo que o Partido Nazista tinha como objetivo ser uma sequência das épocas de glória do antigo império. No centro destas duas reformulações de Frederico II existe o objetivo destes dois grupos de buscar legitimidade ao retomar a figura do imperador, a comunicação, então, terá como foco discutir como esses grupos retomavam o monarca e tentar compreender a existência de alguma similaridade nestas ressignificações.

Palavras-chave: História da Alemanha, Mito Político, Frederico II da Prússia, Movimento Homossexual, Nazismo.

[20] Mestranda, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). isacavadasilva@gmail.com

A República n'O Jequitinhonha:
usos políticos do passado na imprensa norte-mineira (1860-1873)

Adrian Gustavo Souza Ferreira [21]

O projeto de pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre a imprensa do Norte de Minas Gerais e o movimento republicano na segunda metade do século XIX por meio da análise da atuação política do Jurista e Historiador Joaquim Felício dos Santos, através do jornal O Jequitinhonha, em suas fases de circulação entre (1860-1873). Ao privilegiar um periódico do Norte de Minas Gerais, a pesquisa busca compreender como o republicanismo foi apropriado e difundido em espaços distantes dos principais centros políticos da Província Mineira e do Império. Busca-se compreender como esse periódico construiu e difundiu as ideias republicanas, considerando as transformações em seu discurso, das críticas à monarquia e à figura imperial até a posição abertamente republicana assumida pelo periódico após 1871. O corpus documental é composto por aproximadamente 208 edições do jornal, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Serão analisados editoriais, artigos, notícias, anúncios e escritos do jurista e historiador Joaquim Felício dos Santos, por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando identificar os discursos políticos presentes no periódico, seus sujeitos, interesses e estratégias de legitimação. O problema de pesquisa parte da pergunta; de qual forma o jornal O Jequitinhonha abordou a ideia de república e o movimento republicano? Esta é a questão central da proposta. Busca-se investigar como o periódico construiu narrativas temporais para legitimar ou contestar o projeto republicano, mobilizando referências ao passado, diagnósticos do presente e projeções de futuro. A pesquisa dedica especial atenção ao período posterior a 1871, quando o jornal passou a declarar-se republicano, possibilitando observar mudanças discursivas relacionadas à circulação das ideias republicanas após a publicação do Manifesto Republicano de 1870. A hipótese orientadora considera a possibilidade de O Jequitinhonha ter articulado uma operação temporal complexa, distinta entre suas fases, condenando o passado monárquico como regime do atraso, diagnosticando o presente como momento de transição e projetando no futuro republicano a realização de interesses específicos. Parte-se da hipótese de que o jornal não apenas refletia debates políticos em circulação, mas atuava como agente ativo na legitimação social e política desse projeto republicano.

Palavras-chave: usos políticos do passado, imprensa republicana, O Jequitinhonha, republicanismo, norte de Minas Gerais.

[21] Universidade Federal de Uberlândia (UFU). adrian_ferreira@ufu.br

O Egipto Praia (Lobito, Angola) e o tráfico de escravos:
itinerário de um embarcadouro secundário, da integração atlântica à patrimonialização

Artur Joaquim Nunes Café Alves [22]

Este artigo examina o percurso histórico do Egipto Praia, actual comuna do município do Lobito (província de Benguela, Angola), situada na foz do rio Balombo, procurando compreender de que modo um pequeno embarcadouro do litoral centro-angolano acompanhou as sucessivas fases do tráfico atlântico de escravos. Cruzando os vestígios materiais existentes no local (a chamada loja dos escravos, o quintalão e o Forte de São Sebastião do Egipto) com a historiografia disponível sobre Benguela, sobre o abolicionismo português e sobre o Atlântico Sul, defende-se que o sítio condensa, à escala micro, o ciclo completo do tráfico em Angola: integração precoce nos circuitos mercantis, clandestinidade oitocentista, repressão, prolongamento da escravização sob outras formas, esquecimento e, mais recentemente, memorialização turística e patrimonial. O percurso é lido à luz de três eixos de análise: as bases institucionais e jurídicas do tráfico e da sua repressão, os mecanismos de supervisão internacional e as continuidades práticas entre a escravatura e as formas ulteriores de trabalho compelido. O artigo apoia-se, para a fase ilegal, na menção documentada do Egipto como ponto de embarque clandestino na década de 1840 (Ferreira, 2011) e no quadro traçado por Valentim Alexandre para a política portuguesa de abolição do tráfico. A análise estende-se à atual promoção patrimonial e turística do sítio, incluindo o pedido de reconhecimento do Forte de São Sebastião como património mundial, discutindo a tensão, comum aos lugares de memória do tráfico, entre dever de memória e mercantilização, e a assimetria documental que subordina a experiência das populações escravizadas ao registo escrito colonial. Assinalam-se, ao longo do texto, os limites documentais de um objeto sobre o qual não existe monografia académica dedicada, distinguindo o que está documentado, o que é plausível e o que permanece por verificar em arquivo.

Palavras-chave: Egipto Praia; Tráfico de escravos; Benguela; Abolicionismo; Património.

[22] Doutorando em História, NOVA FCSH (Lisboa). a55695@campus.fcsh.unl.pt

II ENEHISP

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL



Grupo de
Estudos e Pesquisa do
Pensamento Autoritário